

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Azevedo, João Lúcio de (Sintra, 1855 – Lisboa, 1933)

João Lúcio de Azevedo descende, pelo pai, António Lúcio de Azevedo, de uma família açoriana. Sua mãe, Teresa Amélia de Azevedo, pertence a uma família de Mafra, onde seus pais vieram a fixar residência, na freguesia de Santo André. Após a morte da mãe, foi educado pela avó materna, tendo frequentado a escola pública local, mas vindo a fazer exames no Porto. Inscrito no Colégio do Sérvulo na Junqueira, em Lisboa, a partir de 1868 realiza vários exames como aluno externo no Liceu Nacional de Lisboa, inscrevendo-se depois no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, onde obteve o diploma em 1872. Foram seus colegas Guilherme de Oliveira Martins, irmão de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, e Henrique Lopes de Mendonça cuja amizade manterá ao longo da vida. A sua formação continuou, na aproximação a outras culturas, línguas e civilizações. A primeira experiência é proporcionada pelo Brasil para onde parte em 1873 e que virá a deixar só em 1900, para se fixar em Portugal, não sem que antes tivesse visitado a América do Norte (esteve em Nova Iorque em 1896). Depois do regresso à Europa visitaria também França (tendo vivido algum tempo em Paris), Suíça e a Alemanha. Com estas deslocações se relaciona o conhecimento de várias línguas. Das suas capacidades neste domínio são testemunho as recensões que faz de obras originais em francês, inglês e alemão e o facto de ter estudado o holandês para poder trabalhar sobre a história dos judeus e dos cristãos-novos, especialmente sobre Bento de Espinosa. Traduz a biografia de Espinosa por João Coleus (só publicada em 1934). De acordo com a sua opção cultural mais profunda, deve ter tido especial significado a oportunidade de desenvolver a sua formação no Brasil, proporcionada pelo seu primeiro trabalho na livraria Tavares Cardoso, no Pará, a que se seguiu a actividade numa empresa de borracha e numa companhia de navegação fluvial. Casa entretanto, com uma sua prima, Ana da Conceição Botelho, de quem teve três filhos. Para que pudesse assumir a gerência de uma companhia de navegação fluvial em Belém, de acordo com as exigências da legislação vigente, naturalizar-se-ia brasileiro. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, virá a ser admitido como “sócio nacional” (1895).

A realidade humana do Pará e do Amazonas terá sido o primeiro estímulo para Lúcio de Azevedo como historiador, convidando-o a ajuizar, pela sua formação cultural e técnica, uma situação concreta de comércio e as capacidades de sucesso de uma cultura tecnológica num determinado espaço geográfico e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

humano. Estes seus interesses reflectem-se nos escritos dispersos que vai preparando para a imprensa local reunidos em *Estudos de História Paraense* (1893), que chama a atenção do público e dos círculos de cultura. Prossegue a sua actividade literária e histórica num jornal de Belém do Pará, coligida em *Livre Amazonas. Vida Nova* (1899). É a primeira fase da sua vida cultural. Borges de Macedo sublinha as suas características já evidenciadas como historiador: ao nível do questionário, a procura da compreensão das capacidades de resposta da civilização humana a diversos ambientes, que está implícita numa atitude de história comparada; ao nível do método de exposição, o enunciado de um problema e o carreamento de documentação e de propostas de interpretação, sucessivas e alargadas, testando o resultado até chegar a uma formulação mais abrangente. Este processo poderia levar 8 a 10 anos. Para o enriquecimento desta primeira fase, que decorre até ao regresso a Portugal em 1900, muito terá contribuído o relacionamento com o meio cultural e político do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com os seus programas e debates, a rede de contactos com instituições congéneres europeias e americanas e a procura de documentação e bibliografia atestada na correspondência particular e institucional que provam o dinamismo e internacionalização das perspectivas de que pôde lucrar a obra historiográfica do autor.

No Brasil, os debates culturais eram outros mas não menos acesos: refira-se apenas a discussão sobre a divisão territorial do Brasil, a crítica da historiografia nacional e estrangeira sobre a história do Brasil e o apreço dado às obras de Robert Southey e do Conselheiro Pereira da Silva; ou a polémica e o impasse a que chegou a discussão de uma proposta para a realização, no Rio de Janeiro, em 1900, de “uma Exposição Universal comemorativa do descobrimento do Brasil”. Na comunidade brasileira fortalecia-se a consciência de nação, que obtivera a independência, que se afirmara como Império e adoptava, no final do século XIX, a forma política republicana. Assim se pode entender o comentário de José Honório Rodrigues acerca dos debates historiográficos no Brasil, que representaram uma oportunidade para reciprocamente se conhecerem, Lúcio de Azevedo e os historiadores brasileiros seus contemporâneos. Desenhava-se um novo círculo de amizade que perdurará ao longo da vida: Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, dois dos prestigiados historiadores brasileiros cujas obras Lúcio de Azevedo apresentará e elogiará, mais tarde. Foi também aceite como sócio correspondente no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo (1909) e no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1915).

O segundo período da sua vida decorrerá até 1921 e será assinalado pelos principais estudos históricos. A abrir, *Os Jesuítas no Grão Pará*, em 1901, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 1909, os trabalhos sobre o Pe. António Vieira, o primeiro dos quais sai em 1912; o primeiro artigo sobre o Sebastianismo, em 1916, sobre Bandarra em 1917; e, em 1921, *a História dos Cristãos Novos Portugueses*. Este período decorre fundamentalmente em Lisboa onde continuará a pesquisa documental nas bibliotecas e arquivos de Lisboa, Coimbra e Évora. Nesta fase Lúcio de Azevedo reafirma uma visão crítica baseada em documentos e, acerca dos seus antecessores, apenas elogia o académico Francisco Luís Gomes que manifestara



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

idêntica atitude em *Le Marquis de Pombal, esquisse de sa vie politique* (1869), obra que considera “a todos os respeitos notável, e a primeira, digna da história, que sobre o assunto se escreveu”. E a propósito declara querer “afastar-se da controvérsia, consultar na origem os documentos, escutar testemunhas de presença, principalmente aquelas cujos relatos não tenham a publicidade por fim”. E opta pela vida pública de Pombal como base da sua indagação, começando por estudar a embaixada a Londres e depois a Viena e a entrada no reinado de D. José, a corte e as facções, o terramoto e o atentado contra o rei, o quadro das relações internacionais na Guerra dos Sete Anos, a questão dos jesuítas, terminando com as páginas dedicadas ao apogeu, ao declínio e ao “acabar”.

Esta obra é citada pelo Arquivo Histórico Português em 1909, mas só em 1916 se regista a sua primeira colaboração nesta revista, com o artigo “A evolução do sebastianismo”. Em 1917, novo artigo sobre a missão de Pombal em Viena. A obra sobre o Marquês e a sua época justifica a atenção da Academia das Ciências. Pertence-lhe a primeira apresentação crítica desta obra. Data da sessão da Classe de Letras de 12 de Maio de 1910 o parecer redigido pelo secretário Cristovão Ayres acerca da sua candidatura a sócio. Nele o relator apontava a base da sua apreciação, as obras *O Marquês de Pombal e a sua época* e *Os Jesuítas no Grão-Pará*: “Bastaria o primeiro d’estes livros para constituir titulo idoneo à admissão deste escriptor, mas bom preceito é que a obra de um candidato à honra de ser admittido no gremio d’esta douta corporação seja considerada no seu conjuncto”. No que respeitava a obra sobre Pombal, figura que o relator elogiava quase panegiricamente, seria necessário, para o estudo da sua personalidade e acção, “um grupo de homens de letras, ou melhor ainda (...) uma Academia”. Enquanto se não realizava tão vasto estudo, “para aplaudir, para louvar, para animar são os trabalhos como os do sr. Lucio de Azevedo, que num lúcido, imparcial, e desenvolvido resumo nos apresenta a vida e a obra de Pombal, à luz de uma crítica exercida sobre documentos autenticos”, com relevo para a Colecção Pombalina pertencente à Biblioteca Nacional.

À Academia das Ciências Lúcio d’Azevedo consagrará vários dos seus trabalhos, que vieram a ser publicados no *Boletim da Segunda Classe*, a partir de 1912. Refiram-se os dedicados ao padre António Vieira (missões diplomáticas, correspondência, inéditos) e aos Judeus portugueses, trabalhos eruditos baseados em fundos documentais e em bibliografia portuguesa e estrangeira. O primeiro deles foi apresentado numa sessão em 1915, tendo sido apreciado por H. Lopes de Mendonça, Pedro de Azevedo e Edgar Prestage que animaram o Autor a prosseguir “nos seus valiosos trabalhos”. E a sua colaboração como historiador continuava: no ano seguinte publica “Os Jesuítas e a Inquisição em conflito no século XVII” e “Dezanove cartas inéditas do Padre António Vieira” segundo documentação da Biblioteca de Évora respeitante ao Marquês de Nisa, que o Autor apresenta com comentários, bibliografia e um longo e interessante estudo. Em 1918, é a vez de “A história do futuro – Inédito de António Vieira”, a propósito da qual chama a atenção para o destino a garantir ao espólio de alto valor literário que Vieira deixara ao



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Colégio da Baía. Em 1920, apresentava mais um trabalho sobre os cristãos novos portugueses, referia a bibliografia existente e dava notícia sobre os três regimentos pelos quais se regera a Inquisição em Portugal (1552, 1613 e 1640), distinguindo o que era à luz do direito discutível e apontando o resultado não alcançado. Em 1921, oferece à Academia das Ciências o 2º tomo da sua obra *História de António Vieira*. A propósito, deve referir-se que António Baião, mais tarde, em 1926, numa comunicação sobre a família do Padre António Vieira, declara que ninguém deveria empreender trabalho sobre o celebrado orador sacro “sem primeiro estudar as obras relativas ao assunto feitas pelo sr. Lúcio de Azevedo”. Neste mesmo ano, em Dezembro, o autor apresenta a sua comunicação “Vicissitudes da moeda portuguesa. Dos Reais de D. Fernando aos Réis de D. Sebastião”.

Foi esta a sua última comunicação histórica na Academia das Ciências, mas a sua colaboração foi mais além no que concerne às relações culturais entre Portugal e o Brasil. A sua presença assinalou-se nas sessões mais significativas quanto a estas matérias, com especial relevo quando das celebrações do centenário do Estado do Pará (1915). Na sessão de 17 de Junho de 1915, Lúcio d’Azevedo anunciava que o Estado do Pará tencionava celebrar em Dezembro, o terceiro centenário da fundação da sua capital e do início da colonização portuguesa na região, e que, para isso, organizara várias formas comemorativas. Ele próprio era portador da documentação respectiva, que entregava na academia portuguesa. Os contactos com historiadores brasileiros prosseguiram. Segundo Maria Antonieta Soares de Azevedo, a amizade de José Veríssimo levou à amizade com Capistrano de Abreu, e a correspondência trocada entre os dois historiadores fornece especial informação sobre os seus planos de trabalho e é um dos mais elogiosos louvores a Lúcio de Azevedo. Está também presente na sessão de 26 de Abril de 1923, junto de Oliveira Lima e do espanhol Planas Suárez, tomando a palavra para saudar o historiador brasileiro e lembrar os seus antecessores na Academia, José Bonifácio, Varnhagen e Olavo Bilac, e refere o livro de Oliveira Lima *D. João VI no Brasil* em cuja dedicatória o autor prestava homenagem aos seus antecessores e aos professores do Curso Superior de Letras que seguira em Lisboa. Tomaram a palavra em seguida Fidelino de Figueiredo, Jaime Cortesão, António Ferrão, Alberto de Oliveira.

Para o público mais alargado, a apreciação de *O Marquês de Pombal e a sua época* deveu-se a Fidelino de Figueiredo na *Revista de História* (nº. 1, Janeiro-Março de 1912). Esta revista assumia um papel activo de crítica à política cultural e de ensino, e de defesa do património documental. Interrogava o articulista: “Qual a concepção histórica do autor? Crêmos que se não subordina a sistema nenhum, antes procura, sem obsessões, joear o que em todos há de verdadeiro. E’ por isso que na averiguação das causas, o sr. Lucio de Azevedo aponta as determinantes mais variadas, desde as causas económicas, como a crise no Grão Pará e Maranhão, donde resultou a instituição da celebre companhia; intellectuaes, como quando filia o procedimento do ministro, tão insolitamente progressivo, na transformação que nele se operou, durante a estada na Inglaterra; até às simples causas pessoaes, como por exemplo quando por despeitos e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ressentimentos ou pelo simples desagrado que o caracter absorvente do ministro em todos produzia, explica a divisão das facções. E' que o sr. Lucio de Azevedo é um espirito superiormente orientado, com uma sólida educação histórica aliada a um largo conhecimento da vida e dos homens, não se deixa levar no entusiasmo pelo marquês, nem vai às afirmações absolutas. Por isso corrige sempre criteriosamente e sempre fundadamente, os seus assertos". A esta apresentação seguia-se o primeiro artigo de Lúcio d'Azevedo no nº 2 da revista – os "Estudos para a historia dos christãos novos em Portugal", a que se seguem outros com o mesmo título, os trabalhos sobre "Judeus portugueses na dispersão", os que dedica ao Padre António Vieira e outros artigos. A revista, entretanto, extinguiu-se, mas J. Lúcio de Azevedo publicava a obra preparada ao longo destes anos: a *Historia dos Cristãos Novos Portugueses*.

Para o estudioso de hoje, o cotejo dos ensaios preparatórios de João Lúcio de Azevedo com as obras finais a que deram lugar reveste-se de particular significado. Trabalho de heurística e de hermenêutica, tal cotejo permitirá compreender a actualidade vivida pelo autor e a forma como essa actualidade e vivência agudizaram o interrogatório a que submetia a documentação. É constante a preocupação de actualizar os dados sobre a presença dos Judeus nas comunidades dos séculos XIX e XX, sobre as suas ocupações e organizações, em autores estrangeiros e nacionais. A situação dos Judeus em Portugal era compreendida na comparação com a situação na Europa e na América. O autor aludia a uma questão do seu tempo, o saber quais as raças superiores em qualidades, as raças puras ou mescladas, o que indicariam os dados biológicos, questão que comentava dizendo que, ao se inquirir sobre a decadência das nações e das raças se deveria chamar à colação outros aspectos tais como os solos, os climas, as condições sociais, os acidentes e a natureza, as acções dos povos estranhos, as repercussões de acontecimentos e de factos, e outros aspectos ainda. Interrogava-se, também, sobre a influência do sangue africano na História de Portugal, possível transferência para a história portuguesa das polémicas da História do Brasil. Quanto aos cristãos-novos, elogia-lhes a inteligência, a adaptabilidade a diversas conjunturas, o seu papel nas relações internacionais do século XVII. A esse papel teria sido sensível o Padre António Vieira, "menos, convem dizer-lo, por sentimentos de humanidade e tolerância, que por inspirações de ordem política". Isto, pelo menos num primeiro tempo. O que mantém desde então: lamentando as consequências da implantação da Inquisição no país, considera que, pela fatalidade da História, a instituição funesta preencheu a função que D. João III, como os outros governantes absolutos do tempo moderno, lhe entregou – garantir a identidade do princípio político, complemento indispensável da unidade do poder régio. Lúcio d'Azevedo sublinhava que em toda a parte a intolerância do estado em matéria religiosa era razão de governo e não de consciência. Em Portugal fora assim, como fora entre os huguenotes, entre os colonos americanos, em França no tempo de Luís XIV ou nos principados alemães.

Como se depreende da leitura dos escritos destes anos, este período representou um debate interno e cultural, historiográfico e civilizacional vivido intensamente pelo autor. Anunciava-se a 3ª fase da sua vida



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cultural de acordo com a apreciação crítica que dela faz Jorge Borges de Macedo: surgem então as segundas edições de algumas das suas obras *Os Jesuítas no Grão Pará*, *O Marquês de Pombal e a sua época*, *Judeus, Cristãos Novos e a Inquisição*, o Sebastianismo, as grandes sínteses sobre a história económica na *História de Portugal* de Barcelos a convite de Damião Peres, a participação na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, de Albino Forjaz de Sampaio (vol. III, Lisboa, 1928), as *Épocas de Portugal Económico*, *Esboços de História* (1929), “Algumas notas relativas a apontamentos de História Social”, na *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos* (1930), as *Novas Epanáforas*, *Estudos de História e Literatura* (1932).

Lúcio d’Azevedo colabora, ainda, em outras publicações, noutras revistas, citem-se o *Arquivo de História e Bibliografia*, *Lusitânia*, *O Instituto*, *Portugalia*, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a *Revista do Brasil*, e a *Revista de Língua Portuguesa*. Seria de todo o interesse para a cultura portuguesa aprofundar o nexos de relação de todas estas revistas portuguesas e brasileiras. Na produção cultural do autor nesta 3ª fase, o destaque vai para a *Nação Portuguesa*. Existe uma relação cultural entre as duas revistas, a *Revista de História* e a *Nação Portuguesa*, confirmada no início da 2ª série desta última, em 1922, bem como noutras efemérides. Se, na primeira revista, o autor apresentara os esboços da sua *História dos Cristãos Novos Portugueses*, na segunda, no nº 2, logo em 1922, o articulista faz menção desta obra com elogio rasgadíssimo: “Temos pelo senhor J. Lucio d’Azevedo a mais alta consideração intelectual. Podemos não concordar com um ou outro aspecto da sua obra. Isso não nos inibe de reconhecer que ela honra a nossa historiografia sobremaneira. Tirando a excepção natural do mestre ilustre que é Gama Barros, se em Portugal na hora presente há um historiador digno de tal nome, ele é, com completo espírito de justiça, o senhor J. Lúcio d’Azevedo”. A obra *História de António Vieira* é, também, referida, mas com certas críticas por nela se reconhecer existir, segundo a apreciação, certo antijesuítismo e “uma mal reprimida comisseração romanesca pelos judeus”, pelo que se considerava a *Historia dos Cristãos Novos Portugueses* uma obra “fundamental, embora não (...) definitiva”. Em síntese, a *Nação Portuguesa* considerava que a obra do autor marcava “o advento do espírito novo nos domínios da historiografia nacional”.

Ressurgia entretanto a questão ibérica. Lúcio de Azevedo publica, em 1925, o seu penetrante artigo “Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio” (1925). Nos anos seguintes, Lúcio d’Azevedo elogiará Henrique da Gama Barros no artigo “Um grande historiador”, bem como o historiador brasileiro Afonso Tawnay (1927) e ensaia os seus artigos “A Índia e o ciclo da pimenta” (Tomo I da IV série, 1926/7), e “África e o primeiro ciclo do ouro” (Tomo I da V série, 1928). Ao mesmo tempo, reflectia sobre o hispanismo, no artigo dedicado “À memória de António Sardinha. Notas breves sobre o Hispanismo” (Tomo II da V série, 1929). Nessas notas retomava os temas que a revista abordara em anos anteriores ao fazer-se eco de uma conferência proferida por António Sardinha em Madrid, na qual este rebatera as teses de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Spengler sobre a decadência do Ocidente, pondo o acento nos valores espirituais da raça ibérica, insistindo na distinção entre indivíduo e pessoa que o tomismo aprofundava e diferenciando os conceitos de vida de ingleses, de alemães e dos espanhóis para compreender os portugueses. Em termos civilizacionais e culturais, António Sardinha preferia usar o termo “hispanos”. Os articulistas espanhóis tinham apreciado as posições de Sardinha, e do mesmo apreço se fizera eco a revista fluminense *A América Brasileira*, dirigida por Elísio de Carvalho. Para Lúcio d’Azevedo, não se trataria de fazer reviver o Iberismo, mas de levantar, num abraço, os valores de cultura e de civilização hispano-luso-americana. Num esforço de clarividência, o autor esboçava a sua interpretação das posições de António Sardinha e dizia crer que alguns, como Sardinha, teriam visto na união peninsular a quimera do Império Universal. Assim compreendia que, no passado, D. Jerónimo Osório tivesse votado por Filipe II, mas sobre isso comentava que “o assêto parece-me mais subtil que demonstrado”. E chamava à colação D. Francisco Manuel de Melo para julgar desapassionadamente os motivos da Restauração de 1640, invocando, de novo, António Sardinha: “A experiência dêste género de hispanismo ficou feita, e racional e convencidamente afirma o propugnador da aliança peninsular, para nunca mais se repetir”. E continuava a citá-lo ao dizer que o pensamento político de Filipe II renascia, despertava do túmulo em que parecia cadaverizado, assumindo uma nova forma de Hispanismo, um novo Sebastianismo, um Quinto Império que englobaria as nacionalidades além oceano. Mas toda a problemática adquiria outra dimensão e outro sentido no debate entre culturas e civilizações à escala mundial, no século XX, na ânsia de preservar valores humanos, civilizacionais, espirituais. Essa procura era comum aos dois lados do Atlântico, depois de ser questão essencial e de sobrevivência em Espanha e em Portugal. Tratava-se de uma outra perspectiva e de uma outra dimensão, e para elas, sim, teria contribuído António Sardinha.

Lúcio de Azevedo vem a falecer a 5 de Novembro de 1933. No dia 10 de Novembro, *O Século* inseria uma notícia necrológica de homenagem ao “eminente académico e erudito investigador histórico”, com um retrato do historiador. Mais apreciadora é também, apesar de breve, a notícia aquando da sua morte dada por Robert Ricard no *Journal de la Société des Américanistes*. Também a revista *Nação Portuguesa* lhe prestou sentida homenagem (fascículo III de 1933). O fascículo IV, de 1934, consagra-lhe uma notícia de nove páginas, assinada por Manuel Múrias, primeira apreciação global da sua vida e obra. E em 1934, numa sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seria evocado como “o Capistrano de Abreu português”.

Jorge Borges de Macedo realçou a forma como J. Lúcio d’Azevedo renovou e aperfeiçoou a interpretação da história económica, chamando a atenção para a importância das condições económicas na história das sociedades, procurando adequar um novo vocabulário à sua exposição. Preparado pela leitura e recensão crítica aos autores estrangeiros e escorado nos exemplos de Alberto Sampaio no seu ensaio sobre “as vilas no Norte de Portugal” e de Costa Lobo sobre “a sociedade portuguesa no século XV”, Lúcio



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deAzevedo projectou as suas sínteses de história económica para Portugal na forma ou na noção de época. Sabemos bem como, na apresentação das sínteses, os historiadores lançam mão de quadros e de sequências e a noção de época tem o papel particularizador de chamar a atenção para o homem no tempo, para a conjuntura, para o que é específico do tratamento de especialista na análise do particular sem descurar o geral. Assim foi compreendido, na época, por Fidelino de Figueiredo (*Revista de História*, n.º2 Abril-Junho de 1912). Subjacente à noção de época e para definir duas situações precisas, o Autor usou, também, a noção de ciclo ao falar da Índia e do “ciclo da pimenta” e, sequentemente e de uma forma compreendida por Vitorino Magalhães Godinho como adequada, do “primeiro ciclo do ouro”, sem esgotar com tal noção os recursos expositivos. Acresce que, na forma que lhe deu Lúcio d’Azevedo, e talvez pelo seu conhecimento da historiografia alemã em que surge a teorização do *Ideal Typus*, outra virtude sobressai: a exposição ensaística, a procura dos termos significativos entre os demais, perspectiva que não foi entendida por alguns críticos. Borges de Macedo considerava o quadro do autor ainda válido na segunda metade do século XX. Ao procurar o produto dominante por época (a terra, o açúcar, a pimenta, o ouro, o vinho), não o pretendia apresentar como exclusivo e, quanto à cronologia ou periodização, aceitava uma concepção audaz para o seu tempo, 1128-1411 (e não 1383-85), 1411-1557 (fim do reinado de D. João III e não 1580) e 1557-1640. Considerava, na história económica, as condições geográficas, demográficas, as condições do trabalho, as finanças do Estado, a sua participação no comércio, procurando a compreensão global, e nesta atitude estava próximo da de Oliveira Martins. Estas questões são evidentes na sua participação na *História de Portugal* de Damião Peres, no diferente peso que a cada aspecto confere, nas sínteses dos volumes II (1929), III (1931) e V (1933). Após a sua morte, Damião Peres não o substituiu por outro historiador: encarregou-se, pessoalmente, das sínteses de história económica nos volumes seguintes.

Registe-se ainda a presença de Lúcio de Azevedo na produção historiográfica de língua portuguesa no Brasil e, pelo Brasil, nos círculos culturais e académicos de Lisboa. Se num primeiro tempo, se assistia à defesa da posição do Brasil, como dos Estados Unidos da América, na história mundial, na terceira fase da produção historiográfica do autor fica patente que se debruçou de novo sobre a história pátria, reavaliando, no espaço entre as duas grandes guerras do século XX, o papel de Portugal, na Península Ibérica, na Europa e no Mundo. Para isso tanto terá contribuído a sua experiência de vida como os contactos com os grandes historiadores que estudou, entre eles Stewart Chamberlain, Werner Sombart e Max Weber. É notável a sua capacidade de síntese, a noção de sociedade como um organismo, a procura da coordenação interna e sentido da evolução. Com estes valores tomou parte no debate histórico protagonizado pela *Seara Nova* e pela *Nação Portuguesa* que apelavam à renovação abrindo-se aos domínios da estética, da ciência e da técnica, dos estudos jurídicos. Fê-lo com emoção e sensibilidade, distinguindo conjunturas, procurando compreender os homens no seu tempo, avaliando questões fundamentais da cultura portuguesa na tensão entre a renovação de um ideal, a noção do Quinto Império ressuscitado no século XX através das culturas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

hispanicas, e o outro pólo, o pólo negativo e de desencanto, com que por vezes observa épocas anteriores. As suas participações culturais são também o contributo de quem era lúcido observador e intérprete da situação nacional e internacional, especialista em questões políticas e económicas que não se limitou a sê-lo. Como escritor, foi uma voz interventora, vibrante e sensível, como se colhe, por exemplo, nas páginas que dedica ao processo na inquisição de António José da Silva. Respondeu pela renovação da interpretação política, o estudo das instituições, o aperfeiçoamento da abordagem das mentalidades, para além dos aspectos mais comumente citados de aperfeiçoamento da interpretação económica. E foi decerto esta apreciação mais ampla que marcou os seus contemporâneos e permaneceu nas academias estrangeiras e noutros círculos culturais, nos congressos da especialidade, no reconhecimento pela Real Sociedade de História de Londres, e no testemunho de admiração por parte de historiadores como Henrique Lopes de Mendonça, Edgar Prestage e, mais tarde, V. Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo.

Bibliografia Activa: *Estudos de História Paraense*, Pará, Typ. Tavares Cardoso & C^a., 1893. *Os Jesuítas no Grão-Pará*, Lisboa, 1899; *Os Jesuítas no Grão Pará, suas missões e a colonização. Bosquejo Histórico*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmãos. 1901; *Os Jesuítas no Grão Pará, suas missões e a Colonização*, 2^a edição, Coimbra, Imp. Universidade, 1930. *O Livre Amazonas-Vida Nova*, Belém, 1899. *O Marquês de Pombal e a sua época*, Lisboa, 1909; 2^a edição, com emendas, Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, 1922. *Evolução do Sebastianismo*, 1^a edição, Lisboa, A.M. Teixeira; Porto, Tip. Sequeira, 1918; 2^a edição, 1930, 2^a ed. corrigida e simplificada, Lisboa, Liv. A.M. Teixeira & C^a. (Filhos), Gráf. Santelmo, 1947; *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, Presença imp. 1984. *História de António Vieira, com factos e documentos*, 1^a ed., 1^o volume, Lisboa, A.M. Teixeira/ Porto, Tip. Sequeira, 1918-1920; Tomo 2^o, Lisboa, Liv. Clássica Ed^a de A.M. Teixeira, 1921; Segunda edição, Tomo primeiro, Lisboa, A.M. Teixeira & C^a (Filhos); Porto, Imp. Portuguesa, 1931; 2.^a edição, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1931. *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisboa, A.M. Teixeira/Porto, Tip. da Emp. Lit. e Tipográfica, 1921; (1922) Lisboa, A.M. Teixeira/Porto Tip. da Emp. Lit. e Tipográfica; Lisboa, Liv. Clássica Editora, Porto, Imp. Portuguesa, 1975. *Cartas do Padre António Vieira*, coordenador e anotador, 3 volumes, 1925, 1926, 1928; ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970. *Épocas de Portugal Económico, Esboços de História*, Lisboa, Imp. Portuguesa, 1929; 2^a edição, Lisboa, Liv. A.M. Teixeira & C^a. (Filhos), 1947; 3^a ed., Lisboa, A.M. Teixeira & C^a. (Filhos), Lda., Porto, Impr. Portuguesa, 1973; 3^a ed., Livraria Clássica Editora, Porto, Imp. Portuguesa, 1973. *Novas Epanáforas, Estudos de História e Literatura*, Lisboa, A.M. Teixeira & C^a (Filhos), 1932.

Bibliografia Passiva: “João Lucio de Azevedo”, *Jornal O Século*, sexta-feira, 10 de Novembro de 1933. “Das idéias, das almas e dos factos”, *Nação Portuguesa*, VIII série, fascículo III, 1933; ALBUQUERQUE, Martim de, “João Lúcio d’Azevedo”, *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*,

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Edição Século XXI, vol. 3, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1998; AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de, "Azevedo, João Lúcio de (1855-1933)", *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Volume I/A-C, 1ª ed. 1963; Iniciativas Editoriais (1975), pp. 264-265; BARATA, Maria do Rosário Themudo, "Evocação de João Lúcio de Azevedo na passagem dos 80 anos do falecimento", *Academia Portuguesa da História*, 6-11-2013, texto entregue para publicação; MACEDO, Jorge Borges de, "João Lúcio de Azevedo e o seu tempo", *Elementos para a história económica de Portugal (séculos XII a XVII)* por João Lúcio d'Azevedo, Introdução, Gabinete de Investigações Económicas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1967, pp. III-XLIV; IDEM, "João Lúcio de Azevedo, o seu tempo e a sua obra", Introdução da 2ª ed., Lisboa, Edições INAPA, 1990, pp. I-XXXVII; IDEM, "João Lúcio de Azevedo, Épocas de Portugal Económico (3ª ed.)", *Portugaliae Historica*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, Lisboa, 1974, III-Notícias e Recensões, pp. 385/7. MÚRIAS, Manuel, "João Lúcio de Azevedo", *Nação Portuguesa*, VIII série, fascículo IV, pp. 172-180; RICARD, Robert, "João Lúcio de Azevedo", *Journal de la Société des Américanistes*, Année 1933, Volume 25, Numéro 25-2, "Nécrologie", p. 375; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 169, 1934, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939; RODRIGUES, José Honório, *Teoria da História do Brasil (Introdução metodológica)*, Segunda edição, revista, aumentada e ilustrada, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pp. 216, 245 e 575; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História breve da historiografia portuguesa*, Editorial Verbo, Lda, Lisboa, 1962;

Maria do Rosário Themudo Barata



APOIOS:

